

Movimentos e contramovimentos sociais durante pandemia de COVID-19: tensões e disputas por agentes políticos nas redes

Adriel Henrique Francisco Cassini¹
Hannytta Medici Morales²
Leonardo Silva Maciel³

RESUMO

O cenário causado pela crise sanitária de COVID-19, ressaltou diversas falhas já presentes nas sociedades ao redor do mundo. Seja o descrédito nas instituições, alinhamento a um discurso reacionário ou uma sociedade desigual. Se por um lado tivemos setores da sociedade que demandavam por vacinas, por outro tivemos grupos que disseminavam a utilização de remédios ineficazes contra a doença. A partir de tais problemáticas, evidenciou-se o impacto que a desinformação trouxe no contexto pandêmico, gerando uma infodemia e tornando um desafio compreender a veracidade do que se noticiava em meio ao fenômeno da pós-verdade. Dentro deste contexto, a partir de uma construção bibliográfica, procuramos conceituar o que são movimentos e contramovimentos sociais, e quais foram seus papéis durante o cenário da COVID-19, em especial no cenário brasileiro, ao mesmo tempo que apontamos discursos que levaram para uma disseminação de informações falsas, (re)conhecidas como “Fake News”, articulando as ideias de Biopoder, de Foucault, e Necropolítica, de Mbembe, para discorrer das omissões do Estado, através de seus agentes políticos, na construção de políticas públicas à população brasileira.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Contramovimentos Sociais; COVID-19; Fake News; Necropolítica.

Introdução

O cenário político brasileiro enfrentou, dentre tantas conjunturas, um acentuado período de incertezas, no que se tornaria uma das maiores crises institucionais, econômicas, políticas, sociais e de saúde pública desde a redemocratização do país, à medida que os governos Municipais, Estaduais e Federal demonstraram sérias dificuldades em atender demandas da população para garantia dos direitos básicos previstos pela Constituição Federal de 1988.

¹ Mestrando em Comunicação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CAMPUS/Bauru). E-mail: adriel.cassini@unesp.br

² Mestranda em Comunicação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CAMPUS/Bauru). E-mail hannytta.medici@unesp.br

³ Mestrando em Comunicação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CAMPUS/Bauru). l.maciell@unesp.br

Castells em seu livro “Ruptura” (2018), desenvolve elementos trazidos desde “Redes de indignação e esperança” (2013), que juntos constituem o que seria uma “Crise na Democracia Liberal”. Essa crise surge a partir do momento em que a sociedade deixa de se ver representada no governo vigente. O vínculo entre governo e governados se rompe quando os cidadãos pensam que seus governantes não cumprem aquilo que pensam e querem (CASTELLS, 2018).

Além das crises políticas que assolavam o mundo, no ano de 2020, o Brasil foi impactado por um dos maiores colapsos sanitários de sua história: a pandemia do Coronavírus, quando o Ministério da Saúde diagnosticou o primeiro caso positivo de infecção pela COVID-19 em 26 de fevereiro de 2020, no município de São Paulo, que se proliferou por todo o país em poucos dias.

O discurso que também já passava por um processo de radicalização, talvez tenha chegado em seu ápice durante a pandemia, quando o então Presidente da República Jair Bolsonaro (2019-2022), um dos principais e mais influentes atores políticos do país, passou a minimizar, por diversas vezes, a importância das determinações sanitárias que tinham como respaldo a ANVISA, o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Desde o início dos casos positivos de COVID-19 no país, quando o coronavírus começou a se espalhar pelo mundo, Jair Bolsonaro deu declarações públicas que confrontavam as medidas de proteção, em especial a política de isolamento da população no país. O Presidente incentivou a distribuição de medicamentos ineficazes contra a doença, provocou aglomerações, atuou contra a compra de vacinas, espalhou informações consideradas e comprovadamente falsas sobre a COVID-19 e fez campanhas de desobediência ao uso de máscaras. Além disso, por diversas vezes, a doença foi referida como “Vírus Chinês”, inspiradas nas ideias de Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos na época (KOHATSU, 2021).

A partir disso, o historiador camaronês Achille Mbembe (2018, p. 05) relaciona o poder do Estado como “força para ditar quem pode viver e quem deve morrer, a partir da ótica de que alguns corpos têm menos valor que outros, considerados assim, corpos descartáveis”, onde, majoritariamente no Brasil, são grupos compostos de pessoas pretas e pobres.

Para compreender melhor este cenário, é necessário destacar que a pandemia influenciou não somente na saúde pública do país, mas também agravou o problema da fome, das desigualdades sociais e da luta entre ter que trabalhar e sobreviver, onde as pessoas se viram encurraladas entre ter que escolher arriscar suas vidas para o trabalho ou se preservarem e abdicar de sua renda para sua própria subsistência.

Ao mesmo tempo, as declarações produzidas pelo ex-presidente, reproduzidas pela mídia em grandes veículos de comunicação, bem como nas mídias sociais e compartilhadas massivamente pela população, principalmente, com campanhas de desinformações pelo que conhecemos como “Fake News”, mostram um grau de importância para sua análise, a fim de compreendermos os impactos destas (des)informações para a consciencialização a respeito das medidas de proteção e imunização estabelecidas com o objetivo de prevenir o aumento de casos de infectados e mortos no país.

As ideias do filósofo francês Michel Foucault também contribuem para essa discussão e demonstra a força do Estado para com a relação de poder com a sociedade, sabendo que “cabe à soberania, isto é, o poder absoluto e perpétuo do Estado, fazer um limiar entre o direito e a violência e a morte”, (FOUCAULT, 2005, p. 287), onde pode-se comparar a situação vivida no Brasil naquela época.

O presente projeto tem como objetivo analisar o cenário político brasileiro no período em que o país vivenciou o auge da pandemia de COVID-19 e demonstrar as declarações de negação e relativização da gravidade da crise instaurada no país, a partir de produzidas e fortalecidas pela narrativa construída por atores sociais e agentes políticos que atuaram em contramovimento a real situação enfrentada, sobretudo, diante das milhões de mortes causadas pelo vírus, da disseminação de discursos de ódio e (des)informação, e a omissão de políticas públicas no atendimento e acolhimento da população.

Nos fundamentamos no conceito Movimentos e Contramovimentos Sociais de Castells (2013), das ideias de Biopoder de Michel Foucault (1978-1979) e das reflexões sobre Necropolítica do pensador camaronês Achille Mbembe (2018), para compreender as relações entre movimentos sociais e contramovimentos sob a perspectiva da política, vida e morte na pandemia de COVID-19.

A partir desses conceitos contemporâneos, acionamentos discursos midiáticos e institucionais para pensar as ações e omissões gestadas por disputas de poder, chamando a atenção para a racialização e descolonização destes discursos em um cenário que foi atravessado por contramovimentos racistas que classificaram quais corpos poderiam ser eliminados, por serem considerados abjetos, dissidentes, degenerados, inimigos, matáveis e descartáveis pelo Estado.

1. Movimentos e Contramovimentos em Tempos de Distanciamento Social: em busca de uma conceituação

Muitas das questões de crises política, social e econômica experienciadas nos dias atuais, tem sequelas dos impactos do que culminou na crise de 2008. Os movimentos sociais, tiveram uma participação expressiva no rumo da história desses últimos quinze anos. Inserindo o contexto da sociedade em redes, pretende-se neste tópico trabalhar os conceitos de movimentos e contramovimentos sociais a partir dos fatos recentes, entre os anos de 2008 até os anos iniciais da crise sanitária causada pela COVID-19.

Foi a partir de plataformas como o Facebook, por exemplo, que as manifestações que seriam conhecidas como Jornadas de 2013, Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, entre outros, foram possíveis de serem realizadas. As redes foram, naquela época, um território onde as pessoas poderiam se organizar sem a intromissão dos seus governos, para que, em seguida, ocupassem as ruas (CASTELLS, 2013).

“O gigante acordou”. Este foi um dos lemas levantados durante as Jornadas de 2013, no Brasil. Como aponta Castells (2013), foi um movimento orgânico, sem apoio, que protestava, inicialmente, contra o aumento da tarifa de ônibus em vinte centavos. Mas os movimentos acabaram não protestando *apenas* contra o aumento da tarifa. “Não é apenas por vinte centavos”, foi outro tema trazido pelos manifestantes. Com a Copa do Mundo sediada em nosso país cada vez mais próximo, esse cenário foi incluído nas manifestações. Era também por construções de hospitais e escolas de qualidade, não apenas estádios. E o cenário de descrença contra o governo aumentava cada vez mais.

Além das sequências de manifestações ocorridas após 2008, foi um período em que, segundo Machado (2018), a extrema direita – que vinha se articulando desde os anos 2000, veio se fortalecendo cada vez mais após a crise imobiliária ocorrida nos Estados Unidos. Pensando ainda no cenário brasileiro de 2013, é possível identificar alguns movimentos que estavam mais alinhados com a direita como: Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil.

No livro *Ruptura* (CASTELLS, 2018), o autor aprofunda uma ideia mencionada em *Redes de indignação e esperança* (CASTELLS, 2013), que é a ideia do que ele entende como “Crise da democracia liberal”. Essa crise abrangeria as diversas crises que vivenciamos, com um agravo: a descredibilidade que os governos têm ganhado por parte dos governados.

Com essa descredibilização sendo construída no Brasil, por exemplo, foi onde se desenvolveu um cenário propício para o fortalecimento do que hoje conhecemos por Bolsonarismo. No âmbito internacional, insurgiu figuras como Le Pen (França) e Trump

(Estados Unidos) (CASTELLS, 2018). Um discurso *anti-establishment* se tornou cada vez mais presente na população mundial.

Porque as crises são momentos reveladores das falhas de um sistema e, portanto, exercem a mediação entre as tendências de fundo de uma sociedade, a consciência dos problemas e as práticas que emergem para modificar as tendências percebidas como prejudiciais às pessoas, embora sejam funcionais para o sistema (CASTELLS, 2018 p. 20).

É justamente nesse período de crise que surgem os movimentos sociais (CASTELLS, 2018; PORTA, 2020). No entanto, de que forma poderíamos compreendê-los? Uma dessas formas gira em torno de que os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008 p. 335)” e “possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade” (GOHN, 2008 p. 336).

Os movimentos sociais têm um caráter de “lutar” contra um sistema pré-estabelecido ou também chamado de *Status Quo*. Nas palavras de Gohn (2008, p. 356) “Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta”. Ao desenvolver a ideia de movimentos sociais, Castells aponta que “Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça” (CASTELLS, 2013 p. 13).

Com o advento das novas tecnologias, como isso vem resignificando os movimentos sociais? Castells (2013) lançou uma pergunta em seu livro, se os movimentos em redes se tornariam um padrão. Com o advento da crise sanitária no início de 2020, com parte expressiva da sociedade inserida em telas e da necessidade de distanciamento social, podemos considerar que a resposta é afirmativa.

Os Movimentos em Rede podem ser uma forma complementar de interação do grupo. Não tirando o protagonismo das ruas, as redes podem ser utilizadas como veículos de organização, desenvolvimento de pautas, repasses de instruções, etc., de forma horizontal entre os participantes. Além disso, vale lembrar que, a exemplo do que aconteceu com os movimentos sociais pós-2008, as redes não possuem fronteiras. Em outras palavras, muitas manifestações podem ser iniciadas inspiradas em outras que aconteceram em qualquer lugar do globo (CASTELLS, 2013).

Aqui, consideramos a ideia que a questão da vida em rede, que diferencia de outras formas de comunicação, está relacionada à velocidade, variedade e formas de como as informações são acessadas e reproduzidas. Como menciona Bustos Martínez (2019), esses

fatores mencionados, juntamente com o distanciamento das fontes tradicionais e do controle político, econômico e financeiro, tornam as redes como poderosas ferramentas de articulação social.

O meio online, como menciona Castells (2013), também se tornou essencial em tempos de distanciamento social. Mesmo que alguns grupos tenham, em algum momento das restrições, saído às ruas para se manifestarem (PLEYERS, 2020), durante meses essas plataformas online foram utilizadas como meios de denúncia e produção de conteúdo voltado a combater informações falsas. Contudo, esse mesmo local acabou sendo o cenário disseminação de notícias falsas (*Fake News*) e preconceitos.

Essa alta disseminação de informação, mencionada anteriormente, acaba se tornando um problema a partir do momento em que discursos de ódio e mensagens de desinformações são propagadas em escala, associada com a falta de letramento midiático que parte dos usuários possuem. Durante a pandemia, ficou muito visível no como “as redes sociais, pelas suas características e os efeitos promovidos por ela, estão convertendo em uma plataforma que está servindo para difusão de discursos de ódio” (BUSTOS MARTÍNEZ, 2019, p. 38, tradução nossa).

Por conta da crise sanitária, houve uma intensificação dos problemas sociais já existentes e reforçados pelo vírus. Paiva (2012), menciona que, ao pensar em uma sociedade midiaticizada, há pessoas que vivem uma dupla marginalização: uma no âmbito “Off-line” e outra na sociedade em redes. No contexto pandêmico, podemos exemplificar essa situação quando iniciou o ensino e o trabalho remoto. Estudantes provenientes de ensino público e muitos autônomos, por exemplo, não conseguiram se inserir ao digital, por falta de acesso.

De modo que, a exemplo dos fatos ocorridos durante a pandemia, houveram grupos que traçaram modos de construir uma sociedade mais justa (PLEYERS, 2020), preocupadas em disseminar informações sobre o vírus, protestando por vacinas ou cilindros de oxigênio, como é possível compreender o movimento que vai contra essas pautas?

Se por movimentos sociais compreendemos uma luta contra o *status quo*, e lutando por justiça social, os contramovimentos vão justamente ao contrário dessa concepção. Durante a pandemia, segundo o que indica Pleyers (2020), os movimentos sociais tiveram que se posicionar contra dois tipos de contramovimentos: a uma elite capitalista e a outra ligada ao reacionarismo. No Brasil, esses movimentos e contramovimentos eram compostos por setores da sociedade: Médicos, políticos, sociedade civil, disseminavam conteúdos conforme seus próprios interesses.

“Enquanto os ativistas alegavam que a crise deveria ser uma oportunidade para construir um modelo econômico que reduzisse o aquecimento global, as companhias de petróleo receberam sua parte do dinheiro público e os governos adotaram resgates e empréstimos maciços para as companhias aéreas” (PLEYERS, 2020, p. 11-2, tradução nossa).

Na contramão de manifestações pró-vacina, bem estar social, entre outras pautas, houve quem disseminou discursos anticiência. Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil na época, frequentemente descredibilizava os perigos do vírus e apoiava a utilização de medicamentos não comprovados para o tratamento da doença. Além disso, grandes empresários e o próprio Governo Federal faziam uma campanha alegando que o país não poderia parar⁴. Os movimentos sociais, aqui e no mundo, foram de extrema importância nesse contexto, para rebater informações falsas (PLEYERS, 2020).

Tendo claro essa diferenciação entre movimentos sociais e contramovimentos, suas pautas, como elas estão inseridas dentro da realidade da pandemia e compreendendo como o cenário de midiaticização pautou essas questões, nos próximos tópicos serão trazidos exemplos práticos do que foi vivenciado nestes últimos anos.

1.1 O uso de uma crise sanitária para ataques racistas

No decorrer de uma crise, uma “percepção de medo e insegurança da sociedade civil” (FERREIRA, 2020 p. 8)⁵ pode acabar gerando “decisões defensivas egoístas, tornando o outro um inimigo” (PORTA, 2020 p. 2). Dessa forma, grupos minoritários, em especial a comunidade asiática no geral - por conta do termo pejorativo “vírus chins” - sofreram diversos ataques (sejam físicos, verbais, virtuais, etc) ao redor do mundo (KOHATSU, 2021; KHALIL, 2021).

Segundo Bustos Martínez (2019) esses discursos de ódio são legitimados por uma suposta proteção da conhecida “liberdade de expressão”. Eles chamam para o fato de que essa discriminação foge do âmbito racional e parte para o emocional.

A disseminação de ódio pode chegar à superfície em momentos de crise, mas isso não quer dizer que em situações de relativa paz, o preconceito não esteja presente. Como bem pontua KOHATSU (2021, p.128)

⁴ CNN, **Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

⁵ A autora, no caso, trabalha especificamente dentro do contexto da crise dos refugiados em Portugal, contudo, essa sensação da crise, pode ser percebida em outros contextos.

A ausência de discriminação não significará necessariamente a ausência de preconceito, pois sob certas condições, como em sociedades mais democráticas, o preconceito poderá se manter encoberto, enquanto que em circunstâncias com o predomínio de um clima autoritário, em que a perseguição às minorias é encorajada, a manifestação poderá ser francamente explícita e declarada.

Deve-se lembrar também o papel da mídia na condução das informações durante o início da pandemia. KOHATSU (2021, p. 134) lembram, por exemplo, uma matéria vinculada ao site da UOL que, ao retratar o primeiro caso de infectado no Brasil, um homem vindo da Itália, anexou uma imagem de um casal chinês utilizando máscaras.

Nesse processo de *racialização* do vírus, houve também o processo de conspiracionismo e politização. As figuras desse tipo de conteúdo eram, por exemplo, líderes da extrema direita, como Donald Trump e Eduardo Bolsonaro. Muito foi questionado por esse grupo de como a China se beneficiaria após a disseminação do vírus e a terceirização da culpa (KOHATSU, 2021). Além disso, há também associações (KHALIL, 2021, p. 133)

(...) entre a origem geográfica do SARS-CoV-2 e seu responsável, o que leva à estigmatização, ao preconceito, racismo e à xenofobia. Outras, tendem a associar medo ou culpa em relação à COVID-19 a estrangeiros, independentemente de sua origem.

O resultado disso, além da alta disseminação do vírus por conta da péssima gestão, foi a repercussão dessas falas nos grupos de direita. Na pesquisa realizada por KOHATSU (2021, p. 139), “13 entre as 21 – das matérias com comentários que contêm falas com caráter ideológico que acusam o regime político da China de comunista, fechado, centralizador, autoritário e repressor das liberdades individuais”

Além dos asiáticos, que foram diretamente afetados com as questões raciais, outros grupos foram atingidos (KHALIL, 2021). Na Colômbia, por exemplo, os imigrantes vindos da Venezuela foram acusados de disseminar o vírus (DANIELS, 2020 apud KHALIL, 2021).

2. Biopoder, Necropolítica e Negligência de Estado

Em tempos de pandemia, o chamado Estado democrático de direito operou sobre a ótica do neoliberalismo para se pensar um Estado Racializado, se movimentando para matar corpos indesejáveis ao sistema (MBEMBE, 2018), a partir do reconhecimento que a transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional necessitava de políticas de prevenção e proteção social. Essas políticas de governo impactaram mudanças sociais, onde a pandemia suscitou inúmeras questões e problemas na sociedade, colocando em grau de importância e economia em detrimento ao humanitarismo (FREITAS e BERG, 2019).

Política e vida já se cruzariam nos conceitos distintos da filosofia a sociologia. De acordo com os primeiros pensadores do “contrato social”, como Thomas Hobbes (1588-1679), os governantes compreendiam um poder total, absoluto e soberano, com a finalidade de garantir a ordem e a paz, onde a vida e a paz deveriam ser garantidas e respeitadas. Locke (1632-1704), considerado um dos grandes teóricos do liberalismo, traria luz a um Estado garantidor dos direitos naturais, transformando esses direitos em direitos civis, através da garantia à vida, à liberdade e à propriedade (MAGALHÃES, 2020), tornando o direito de vida e morte um dos atributos básicos da soberania.

As reflexões de Foucault já trariam as ideias de um poder soberano e disciplinar, tanto sobre o direito à vida, quanto o direito a morte, nas suas definições de biopoder⁶ (FREITAS e BERG, 2019), se referindo a uma figuração de legitimidade monárquica do soberano. Aqui o Rei absoluto, que encarnava suas vontades no exercício de decidir quem vive e quem morre, o direito de “fazer morrer”, porque de seu poder, pode decidir quem ele vai poder matar, e também no caso da vida, porque ele também escolhe quem deixará viver. O ser humano, então, se vê transformado em capital com valor social, a partir de recortes que consistem em marcadores sociais de diferenças de classe, gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual.

Se pensamos o Biopoder como um poder⁷ regulamentador e disciplinar, percebemos que cabe ao Estado ministrar políticas públicas para manutenção da vida. No neoliberalismo vemos que a defesa de corpos saudáveis é um elemento básico, pois estes são, consequentemente, mais produtivos. A medicina, instituição disciplinadora, passa a fazer parte da gestão do governo como produtora de campanhas de higienização e medicalização, se apropriando de uma racionalidade como potencializadora da vida, de modo que produz discursos de prevenção à vida, controlando os índices de natalidade e mortalidade. Dessa gestão, há uma união entre Governo e Medicina.

Em contrapartida, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), trouxe luz às ideias de Foucault, apontando que a teoria do biopoder se concentrava apenas na gestão da vida, não olhando para a gestão da morte. O filósofo nos chama a atenção para o que ele apontou como

⁶ O biopoder é um poder sobre o *bios* ou a vida, e as vidas podem ser administradas tanto na esfera individual quanto na de grupo. Enquanto em um nível instituições disciplinares, tais como escolas, oficinas, prisões e hospitais psiquiátricos, visam os corpos individuais à medida que se desviam das normas, em outro nível o Estado está preocupado em conhecer e administrar as normas da população como um todo e, portanto, em entender e regular "no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração (TAYLOR, 2018, p. 62; FOUCAULT, 1988, p. 131).

⁷ Para Foucault, o poder está em tudo, havendo cinco elementos que ele aponta: O poder se exerce; As relações de poder são imanentes; O poder vem de baixo; As relações de poder são intencionais; e Se há poder, há resistência. Aqui, falamos do poder disciplinar, para ele, o poder disciplinar está presente tanto em prisões como também em escolas, hospitais e manicômios (GALLO, 2016).

uma das primeiras experiências de política de morte, encarnada pela colonização na prática da escravidão, tais como a escravização negra e indígena, a colonização e o *apartheid*, muito antes do que apontou Foucault ao indicar a origem do biopoder a partir do século XVII, difundido pela Revolução Industrial (1760-1840) (FOUCAULT, 1988).

Por meio do conceito de racismo e as ideias de supremacia de determinadas etnias, há uma separação das ideias e o surgimento de uma visão a qual coloca a morte de alguns como potencializadores da vida de outros. Veremos na Necropolítica que alguns corpos são considerados “matáveis”, representados por aqueles/as que se foram mortos, não terão a devida importância, por serem corpos considerados abjetos⁸, dissidentes, degenerados, como se fossem desprovidos de direitos.

Concordando com XAVIER (2022), esse contexto se deu a partir da

a experiência da escravização, colonialismo e *apartheid* sedimentou os dispositivos de promoção da morte, nas dimensões coercitivas, com a criação dos equipamentos de contenção e destruição de corpos não normatizáveis - negras e negros, mulheres, pobres, gays, lésbicas e trans -, considerados inadequados, e de natureza persuasiva, para a formação da rede de fabulações e convencimentos via educação e produção cultural (XAVIER, 2022, p. 25).

Se pensarmos a descolonização do discurso, existe um elemento de racismo importante para compreender um poder que atua sobre esses corpos ao ponto que demonstra a racialização, visto que o racismo é o disposto que regula a morte. Desta forma, os que devem viver ou morrer são selecionados por essa construção ficcional do Estado de um grupo inimigo, de maneira que a vida do outro, o inimigo, geralmente é desumanizada, historicamente destituída de sua humanidade e passa a encarnar esse inimigo ficcional, gerando violência e mecanismos de morte (MBEMBE, 2018). Portanto,

A concepção de necropolítica corrobora ao entendimento das diferenças existentes nas ações do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida. Sua compreensão perpassa pelo reconhecimento de medidas estatais que promovem a vida e a morte a partir de características que hierarquizam os corpos, estratificando-os entre os que podem ser eliminados e devem viver (SANTOS et al., 2020, p. 4213).

⁸ Conforme aponta Porto (2016, p. 160), para Julia Kristeva, em seu livro Poderes do horror (1982), “o abjeto não é sujeito nem objeto, é uma espécie de primeiro não Eu, uma negação violenta que instaura o Eu, como se fosse uma fronteira. Portanto, o abjeto é a manifestação dessa violenta cisão que delimita a fronteira entre o eu e o outro, ocupando um espaço próprio; tendo sido expulso pelo sujeito, tomba de seu interior e se torna radicalmente um excluído deste, todavia não cessa de desafiar seu amo desde o exílio. A abjeção é uma trama torcida de afetos e pensamentos que não têm objeto definível”.

A partir dessa realidade, Xavier (2022, p. 26) nos aponta para a realidade social e cenário nacional em que a população pobre e não branca “vê seus direitos e possibilidades restringidas, restando-lhes as condições sociais mais degradantes, diante do sistema de privilégios, para uma ínfima minoria, e de segregação robusta para a maioria da população”, a partir do momento que, embora o coronavírus atingisse todas as pessoas sem quaisquer distinções, concordamos com o Melo e Rodrigues (2021) ao entenderem que o vírus afetaria em graus diferentes cada indivíduo, pensamos que através da lógica neoliberal exista uma escala em que pessoas negras e pobres no Brasil despontaram como aquelas com maior risco, visto que o confinando em uma favela na zona periférica proporcionaria outras medidas e estruturas se comparado o confinamento em uma residência em região nobre.

2.1 “Não consigo respirar!”: asfixiados pelo Estado

No contexto da pandemia de Coronavírus no Brasil e na gestão da vida e da morte, por meio de políticas públicas de saúde e o cenário de crescimento no número de infectados e mortos no Brasil pelo vírus, o Governo Federal sustentava a importância de manter o país funcionando com apelo econômico, declarando uma guerra pública na gestão nacional para contenção da crise que se estendeu aos Governos Estaduais e Municipais, quando, na mesma época, lançou a campanha “O Brasil Não Pode Parar”⁹ para defender o fim das medidas de isolamento social adotadas por Governadores e Prefeitos contra a disseminação do novo coronavírus no país.

Por sua vez, a crise acentuada na economia obrigou que a massa populacional tivesse que manter sua renda para sua subsistência, enfrentando dificuldades econômicas e sociais. A forma como os fatores decorreram no período trouxe à tona importantes momentos da história anterior à época que foram validados através de discursos políticos para legitimar extermínios e ditaduras.

Em março de 2020, logo no início da pandemia no país, Bolsonaro declarou em cadeia nacional de rádio e tv, sobre as ações de enfrentamento ao coronavírus, alegando que o vírus não passava de uma gripezinha e que “só mataria” idosos e pessoas com condições preexistentes¹⁰. Foi em seu discurso viu-se materializar a fala:

⁹ Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹⁰ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=KCFjhN5u5dM>.

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar, os empregos devem ser mantidos, os sustentos da família devem ser preservados. Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa (BOLSONARO, 2020, Online).

Sua fala gerou grande polêmica entre apoiadores e oposição, pois já demonstrava uma primeira tentativa de priorizar a economia e a volta da mão de obras nas indústrias, comércios e serviços em geral, colocando o capital acima da vida, mas foi dela que se iniciaria um contramovimento as medidas adotadas ao enfrentamento do vírus no país, de modo que desencadeou diversas (des)informações sobre seu potencial letal para a vida da população brasileira.

Seu discurso não só exigia que autoridades Municipais e Estaduais, que vinham na contramão do que o Governo Federal queria, de volta à normalidade, como também iniciava um confronto a realidade que era vivenciada na época, onde foi possível notar os primeiros indícios de que cada indivíduo teria um valor social. Logo, o Presidente da República, investido como representante maior do Estado, demonstrou a relação de suas ideias com as práticas de exercício na relação de poder e relativização da vida.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raro são os casos fatais de pessoas sã com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. [...] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito acometido de uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (BOLSONARO, 2020, Online).

O tom de minimização toma conta do pronunciamento do Presidente, em uma tentativa de naturalizar a situação que acometia o país, buscando generalizar os efeitos que o vírus impacta nos corpos e separar quais são potencialmente saudáveis e possíveis de sobrevivência, ignorando que sua propagação afeta de maneira diferenciada os grupos sociais. Nesse sentido, “as frases utilizadas pela maior autoridade do país em que relativiza a gravidade da pandemia de COVID-19, ainda que pareça despreziosa é carregada de necrobiopoder” (SANTOS et al., 2020, p. 4213).

A partir destas declarações, identificamos indícios nas estratégias utilizadas ao longo da gestão do ex-presidente a seleção de grupos considerados inferiores, conhecidos como “grupos minoritários” ou grupos minorizados, representados pela população de indígenas, pessoas LGBTQIA+, negros, idosos, periféricos, entre outros socialmente deslegitimados ao

longo da história, materializa-se aí os discursos que legitimam a eliminação de corpos descartáveis, ao modo que “a ideia de que um mesmo tamanho serve para todos, isto é, que a adoção de medidas iguais para uma sociedade desigual coloca em risco a saúde dos mais vulneráveis” (SANTOS et. al, 2020, p. 4220) ao mesmo tempo, a ideia de aniquilar vidas que podem ser consideradas “indignas” é uma espécie de política de saúde que foi vista na Alemanha nazista (SCALDAFERRO, 2021).

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA Americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscando a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à Malária, ao Lúpus e a Artrite (BOLSONARO, 2020, Online).

Do mesmo modo, seu discurso é carregado não apenas de declarações enviesadas na negação da realidade e na tentativa de desarticular as medidas de contenção da disseminação do vírus por Governadores e Prefeitos, mas pelo espalhamento de informações que não possuíam qualquer comprovação científica. O caso em questão foi a proliferação sobre o uso da Cloroquina, medicamento citado como potencial tratamento para o vírus, enquanto uma possível solução para medicar as pessoas que dele sofriam.

Sua indicação, que depois mobilizaria parte de Médicos negacionistas, legitimadores do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro e aqui representados enquanto contramovimentos, evoluiu para o que seria conhecido como “Tratamento Precoce”, uma espécie de receituário que seria indicado para grande parte da população com a finalidade de tratar os casos positivos de COVID-19.

Em abril de 2021, após o país atingir um nível agravante na crise sanitária no estado do Amazonas em janeiro do mesmo ano, foi instalada no Senado Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), chamada CPI da COVID, com a finalidade de investigar as supostas omissões e irregularidades nas ações do Governo Federal do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.

Segundo dados da equipe da CPI que auxiliou os trabalhos do relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), foi realizada uma cronologia das declarações feitas pelo Presidente, constatando mais de 200 momentos em que Bolsonaro propagou discurso negacionista na pandemia de janeiro de 2020 ao mesmo mês de 2021¹¹ (FOLHA, 2021).

¹¹ Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>.

Constata-se uma destas declarações na visita do presidente em São Simão, Estado de Goiás, em março de 2021, quando participava de um evento oficial no Município, declarando:

“Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e de mimimi. Não ficar chorando até quando? Temos de enfrentar os problemas. Respeitar, obviamente, os mais idosos, aqueles que têm doenças, comorbidades, mas onde vai parar o Brasil se nós pararmos?”¹² (BOLSONARO, 2021, Online).

Segundo a Constituição Federal (1988), é competência do Estado cuidar da saúde e assistência pública. No começo de 2021, quando os números já apontavam para novo avanço de COVID-19 no país, Bolsonaro afirmou que o Brasil estava vivendo “um finalzinho de pandemia”, o que se mostrou bem longe de ser uma realidade, visto que a diminuição do número de mortos pelo vírus só apresentaram grande diminuição após uma grande cobertura de vacinação, colaborando para amenizar os sintomas apresentados pelos infectados, ao mesmo tempo que corroborou para reduzir os índices de transmissão, com queda do número de óbitos e de casos graves da pandemia.

Segundo o Boletim do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021, Online)¹³, “o resultado mostra que a campanha de vacinação está atingindo seu principal objetivo - o de minimizar o impacto da doença nos indivíduos e na coletividade, contribuindo para o seu controle”. Os dados evidenciam uma relevante informação que vai na contramão do que era compartilhado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, os bolsonaristas, em relação a efetividade da vacina contra a COVID-19, relativizando sua importância e a necessidade de uma campanha de vacinação obrigatória da população, uma relação entre a vacina contra e a AIDS¹⁴.

Em diversas ocasiões, o ex-presidente criticou a vacinação, principalmente, a primeira vacina aprovada no Brasil, a Coronavac, por ter em sua fórmula alguns componentes advindos da China. Segundo afirmações de Bolsonaro (2021, Online) a jornalistas no Palácio do Planalto, a vacina não possuía comprovação científica, indicando: "eu não posso obrigar ninguém a tomar vacina [...]. Eu não sou incosequente a esse ponto. Ela tem que ser voluntária, afinal de contas, não está nada comprovado cientificamente com essa vacina aí".

¹² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=emzGs0ir7Ig>.

¹³ Boletim aponta redução da transmissão do Sars-CoV-2. 21 out. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/boletim-aponta-reducao-da-transmissao-do-sars-cov-2>.

¹⁴ "Quinze dias após a segunda dose, totalmente vacinados - estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, muito mais rápido do que o previsto.", afirmou Bolsonaro em uma Live realizada em seus perfis do Facebook, Instagram e YouTube. O vídeo, posteriormente, foi retirado do ar das redes sociais, com exceção do Twitter, apenas sinalizando como “notícia falsa”. Ver: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/video/aids-e-vacina-entenda-por-que-redes-sociais-tiraram-live-de-bolsonaro-do-ar-9978717.ghtml>.

3. Desinformação, Descrédito da Ciência e o Movimento Antivacina

A sociedade contemporânea é caracterizada por ser uma sociedade midiaticizada, isto é, a informação e a comunicação são amplamente disseminadas de forma instantânea entre emissor e receptor (GOMES, 2016, p.16). A partir da ampla disseminação de informações estabelece-se o desafio de compreender e discernir quais informações noticiam com veracidade e quais possuem caráter desinformativo.

O contexto trazido pela pandemia de Covid-19 estabeleceu a emergência de saúde pública e demonstrou fragmentos da polarização política que a sociedade brasileira enfrentava. A partir disso, surgem os movimentos contrários às recomendações de saúde como o uso de máscara e o distanciamento social. Tais movimentos ganharam força durante a pandemia devido ao forte uso político desses movimentos, apoiados pelo ex-presidente da república Jair Bolsonaro¹⁵ que se declarou contra a vacinação e passou a disseminar tratamentos ineficazes e notícias falsas em relação aos efeitos colaterais das vacinas para COVID-19.

Tais comportamentos públicos vindos do ex-chefe do Poder Executivo foram cruciais para fomentar estes movimentos, mais intensos entre seus apoiadores políticos, contra a vacinação, o distanciamento social, mas, favoráveis ao uso de medicações recomendadas pelo ex-presidente que possuíam sua ineficácia comprovada no tratamento contra a COVID-19 como a hidroxicloroquina.¹⁶

3.1 Pandemia, Desinformação e Pós-verdade

Devido à alta gama de informação e o uso político da pandemia surgem os pontos de desinformação e notícias falsas trazendo os aspectos da desordem da informação. Um aspecto central na discussão sobre as notícias falsas engloba duas concepções principais: informação incorreta e desinformação. No entanto, é relevante salientar que a informação incorreta se refere a informações falsas compartilhadas por pessoas que genuinamente acreditam em sua veracidade.

Em contraponto, a desinformação consiste em divulgar intencionalmente informações falsas, sendo uma mentira deliberada com plena consciência de sua falsidade. Isso resulta na ativa disseminação de desinformação por parte de indivíduos mal-intencionados, prejudicando os usuários envolvidos. (WARDLE; DERAKHSHAN, 2019, p. 47-48).

¹⁵ G1, **PF conclui que Bolsonaro incitou prática de crime ao desestimular uso de máscara para conter Covid.** Disponível em: <https://acesse.one/27lix>. Acesso em: 09 mai. de 2023.

¹⁶ O GLOBO, **Bolsonaro defendeu o uso de cloroquina em 23 discursos oficiais.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 16 mai. de 2023.

A desinformação vai de encontro com o neologismo do termo "pós verdade" que em sua definição literal segundo o Dicionário Oxford, define-se como um adjetivo que "qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais e formar opinião pública".

A pós-verdade durante a pandemia traz à tona a sociedade brasileira em que a descrição relatada de fatos e ou acontecimentos perderam suas referências na verdade factual, isto é, a verdade que é possível obter-se através da verificação honesta e relatos fiéis dos fatos e acontecimentos (BUCCI, 2019). Apesar das contra indicações referentes ao uso de medicações como a cloroquina pela Organização Mundial da Saúde, a propagação de informações incorretas e desinformativas foram feitas em grande volumetria, através da disseminação em lives do ex-presidente Jair Bolsonaro e em suas redes sociais.

Figura 1 - Tweet Cloroquina



Fonte: Twitter (2020).¹⁷

A publicação, ilustrada na figura 1, demonstra a disseminação de informação falsa por parte do ex-mandatário. A correlação da informação falsa, deturpada, tirada de contexto ou que não possua embasamento científico (como as relacionadas à saúde), com a desinformação encontra-se na definição de que este tipo de informação é uma técnica para deturpar informações, isto é, a desinformação leva a falsificações e mentiras (FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021).

A atuação do ex-presidente brasileiro afirmando que o uso da Cloroquina se apresenta como algo eficaz no enfrentamento a COVID-19, apresenta a necessidade da aplicação dos critérios para averiguar a veracidade da informação definidos por Oliveira e Souza (2018, p.

¹⁷BOLSONARO, Jair. 8 abr. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. online, 2020. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841886917791745?t=L1otbxbSPusj8TVzn9KPA&s=19>. Acesso em: 17 mai. de 2023.

14) como “[...] os argumentos de autoridades (especialistas, universidades, pesquisas, e etc.), provas aparentemente concretas (fotos, vídeos, documentos, entre outros) e a indicação de fontes (sites, textos, autores, etc.)”.

No caso da atual pandemia do coronavírus, uma guerra de versões sobre quem é responsável pela criação e difusão do vírus pode servir para manipular a percepção crítica da população e provocar uma conseqüente desestabilização econômica, política e social, como a postagem do deputado federal Eduardo Bolsonaro no Twitter, que responsabilizou a China, um dos principais parceiros econômicos do Brasil, pelo surgimento e disseminação da COVID-19. (FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021, p. 44-45).

A partir do ponto de vista analítico da pandemia, as informações falsas podem gerar descrença aos órgãos de saúde e em veículos jornalísticos que veiculam informações desses órgãos, alimentando a desordem social. No decorrer dos últimos anos, determinados grupos passaram a divulgar conteúdos sobre a vacinação nas mídias sociais, desinformando a população ao sugerir que as vacinas não são benéficas à saúde, movimento esse que se intensificou no Brasil durante a pandemia descredibilizando a vacinação fomentada por diferentes atores sociais.

Figura 2 - Montagem enganosa sobre a vacinação contra a Covid-19



Fonte: Estadão (2022).¹⁸

¹⁸ ESTADÃO, **Deputada engana com montagem que associa miocardite de jogador à vacina contra covid.** 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/enganoso-associacao-miocardite-jogador-vacina-covid/>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

Através de uma publicação na rede social Facebook, figura 2, a deputada Carla Zambelli divulga uma montagem que sugere que o jogador canadense Alphonso Davies do Bayern de Munique (Alemanha), teve problemas cardíacos por se imunizar contra a COVID-19, no entanto, a inflamação cardíaca sofrida pelo jogador foi consequência da própria contaminação pela covid. A montagem divulgada pela parlamentar, verificada pelos jornalistas do *fact-checking* comprova, utilizaram manchetes tiradas de seu contexto e informação original, dessa forma produzindo uma conexão falsa das informações, que ajudaria a endossar a crescente do movimento antivacina na pandemia. A conexão falsa é tida a partir do momento em que títulos, imagens visuais ou legendas não suportam o conteúdo divulgado gerando o conflito das informações e caracterizando seu caráter desinformativo (WARDLE; DERAKHSHAN, 2019, p. 51).

A propagação das informações falsas afeta diretamente a credibilidade do conhecimento científico e órgãos de saúde, causando um caos social e uma vasta quantidade de informação presente na mídia, resultando em uma infodemia¹⁹.

Figura 3 - Bolsonaro e as emas



Fonte: Estado de Minas (2020)²⁰

As ações de determinados atores sociais como o ex-presidente da República, apresentado na figura 3, fortaleceram o descrédito da ciência fortalecendo a narrativa da medicação sem eficácia com recursos visuais a fim de incentivar o uso da medicação. Somados

¹⁹ A infodemia é caracterizada por uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências) (KALIL; SANTINI, 2020 apud FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021, p. 39).

²⁰ ESTADO de Minas. **Bolsonaro e as emas**: depois de algumas bicadas, o presidente leva cloroquina para as aves. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/awU67>. Acesso em: 16 mai. de 2023.

ao discurso de cura pelo uso do medicamento, os recursos imagéticos trazem apelo aos receptores, pois, a imagem é causadora de fascínio aqueles que a deslumbram.

Desta forma, o fortalecimento da narrativa do uso da medicação através da fotografia produzida durante o período em que o ex-presidente foi acometido pela COVID-19, estimula a disseminação da informação falsa, pois “As imagens são veículos particularmente poderosos para disseminar informações enganosas, já que nossos cérebros são menos propensos a criticar os recursos visuais” (WARDLE; DERAKHSHAN, 2019, p. 51). As informações falsas contra a vacinação, o incentivo a medicamentos sem eficácia comprovada e contra o isolamento social podem ser considerados fatores chaves no avanço da COVID-19 e na rejeição a vacina por um grupo da população durante a pandemia (FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021), desta forma, instaurando o caos social e trazendo ao o Brasil um cenário implantado de desordem da informação culminando em uma das maiores crises vivenciadas no país.

Considerações finais

Retomando o questionamento feito anteriormente a respeito de como a vida em rede impactaria os movimentos sociais (e talvez nossa vida no geral), percebeu o quanto setores da sociedade trabalhavam com relação a desmentir notícias falsas ligadas aos contramovimentos sociais (que estavam associadas ao governo). Além disso, esses movimentos foram cruciais para promover ações em relação a compra de vacinas e galões de oxigênio para hospitais.

A desinformação atinge diversos setores da sociedade, independente do contexto político. Devido a rápida disseminação de informações que o avanço das Tecnologias da Informação possibilitou, o excesso de informação na sociedade gerou a infodemia concomitante a pandemia COVID-19, a dificuldade de compreensão e análise crítica das informações, somadas a um contexto político instável e polariza, tornou evidente o contexto da pós-verdade, onde a sociedade brasileira passou a aceitar informações através de suas particularidades, apelos emocionais e princípios ideológicos.

Dessa forma, é necessário desenvolver estratégias para que tenhamos um público mais crítico com as notícias que a consomem, buscando checar a credibilidade da informação a partir de uma análise impessoal, deixando o fenômeno da pós-verdade amenizado na sociedade a fim de reduzir a desinformação. Diante das falas elencadas e das medidas desenvolvidas pelo Governo Federal na época, através de seu ex-presidente, o governo brasileiro geriu a crise sanitária por meio da omissão na implementação de políticas que poderiam amenizá-la, à medida que tais ações governamentais se demonstraram insuficientes para evitar que o Brasil ocupasse o ranking de países com mais mortes por coronavírus no mundo.

Referências

ARCANJO, Daniel. Relembra o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de São Paulo**, 05 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL, CNN. **Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento**. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contramedidas-de-isolamento/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Existe Democracia sem verdade Factual?**. 1 ed. Baureri: Estação das Letras e Cores Editora, 2019.

BUSTOS MARTÍNEZ, Laura; DE SANTIAGO ORTEGA, Pedro Pablo; MARTÍNEZ MIRÓ, Miguel Ángel; *et al.* Discursos de odio: una epidemia que se propaga en la red. Estado de la cuestión sobre el racismo y la xenofobia en las redes sociales. **Mediaciones Sociales**, v. 18, p. 25–42, 2019.

CASTRO, Regina. **Boletim aponta redução da transmissão do Sars-CoV-2**. [Reportagem da Agência Fiocruz de Notícias]. 21 out. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/boletim-aponta-reducao-da-transmissao-do-sars-cov-2>. Acesso em 22 mai. 2023.

FATOS, Aos. **Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas**. [Atualizado em 30 dez. 2022]. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FERREIRA, João Rodrigo Santos; LIMA, Paulo Ricardo Silva; SOUZA, Edivanio Duarte. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 30-58, 2021.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1988. p. 152-152.

G1. **Aids e vacina: entenda por que redes sociais tiraram live de Bolsonaro do ar**. S/D. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/video/aids-e-vacina-entenda-por-que-redes-sociais-tiraram-live-de-bolsonaro-do-ar-9978717.ghtml>. Acesso em: 22 mai. 2023.

GALLO, Sílvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. São Paulo: Scipione, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: Um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/22253/14176/0>. Acesso em: 16 mai. 2023.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News e Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**. Brasil: Organização das Nações Unidas, 2019. (Educação em Jornalismo). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 16 mai. 2023.

KHALIL, Omar Arafat Kdudsi; DA SILVA KHALIL, Sara; CAETANO JUNIOR, Edmilson. Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. **Revista Thema**, v. 20, p. 132–142, 2021.

KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi; ANDRADE, Patrícia Ferreira de. Imigração, Mídia e Xenofobia: A Ameaça Imaginária em Questão. *In*: SILVA, Pedro Fernando da; BORZUK, Cristiane Souza; JUNIOR, Gil Gonçalves (Eds.). **Teoria Crítica, Violência e Resistência**. [s.l.]: Editora Blucher, 2021, p. 125–146. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/07-22542>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MAGALHÃES, Juan Filipe L. Uma análise do liberalismo em tempos de pandemia do coronavírus: a exposição do estado de mal-estar social. **Revista Estudos Libertários**, v. 2, n. 3, p. 55-63, 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Maria Livia Pacheco de; SOUZA, Edivanio Duarte. A competência crítica em informação no contexto das fake news: os desafios do sujeito informacional no ciberespaço. **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)**, v. 24, n. 2, 2018.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Sob o signo de Hermes, o espírito mediador: midiatização, interação e comunicação compartilhada. **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA, p. 149-170, 2012.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2013. 271 p. 2015.

PLEYERS, Geoffrey. The Pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown. **Journal of Civil Society**, v. 16, n. 4, p. 295–312, 2020.

PORTA, Donatella Della. **Movimentos sociais em tempos de COVID-19: outro mundo é necessário**. (Artigo no Open Democracy). 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/movimentos-sociais-tempos-de-COVID-19-mundo-necesario/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PORTO, Tiago da Silva. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. **Ide**, v. 39, n. 62, p. 157-166, 2016.

PORTUGUÊS, AFP. **Bolsonaro questiona vacina do Instituto Butantan | AFP**. [Reportagem no YouTube]. 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1R4xC2gTQIE>. Acesso em: 22 mai. 2023.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: **Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia**. Poder 360, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4211-4224, 2020.

SCALDAFERRO, Maikon Chaider Silva. A biopolítica da pandemia: Agamben e Bolsonaro entram em um bar. **Griot: revista de filosofia**, v. 21, n. 3, p. 319-335, 2021.

TAYLOR, Chloë. Biopoder. In: TAYLOR, Dianna (Ed.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 58-75

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Necroestado, negrogoverno, necropolítica racial e a resistência negra no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 23-38, 2022.